

# É possível identificar racismo ambiental na mídia? Uma análise crítica do discurso em veículos da imprensa local

Isabella Ribeiro<sup>1</sup>  
Érico Luciano Pagotto<sup>2</sup>

*Recebido em março de 2023  
Aceito em junho de 2023*

## RESUMO

Desde os movimentos antirracistas cunhados nos Estados Unidos, até a construção do histórico-social do racismo e da luta anticolonialista no Brasil, diversas faces do racismo estrutural podem ser observadas nas mais diversas perspectivas da sociedade, dentre elas, o racismo ambiental. Esta pesquisa traz uma proposta de modelo analítico para identificar o racismo ambiental na mídia jornalística baseada em princípios da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001) e em pesquisa bibliográfica e documental. Como objeto empírico foram utilizadas três matérias jornalísticas da imprensa local tomadas no período entre 2012 e 2018 que noticiavam conflitos sócio-territoriais. Os resultados permitiram identificar e analisar de que forma os discursos constituem instrumentos utilizados para criar e manter uma prática social hegemônica e ideológica de dominação da população marginalizada e periférica. Ao final, o artigo discute a importância da ampliação dos debates sobre racismo ambiental como forma de enfrentamento às diversas formas de racismo.

**Palavras-chave:** Racismo Ambiental; Mídia; Vale do Paraíba; Análise Crítica do Discurso; Injustiça Socioambiental.

## Is it possible to identify environmental racism in the media? A critical analysis of discourse in local press vehicles.

## ABSTRACT

From the anti-racist movements coined in the United States, to the social construction of racism and the anti-colonialist struggle in Brazil, several faces of structural racism can be observed in the most diverse perspectives of society, among them, environmental racism. This research proposes an analytical framework to identify environmental racism in the journalistic media based on Fairclough's (2001) Critical Discourse Analysis and on bibliographical and documental research. As empirical objects, three journalistic articles reporting socio-territorial conflicts were chosen from the local press published between 2012 and 2018. It was possible to identify and analyze how the discourses constitute instruments used to create and maintain a hegemonic and ideological social practice of domination of the marginalized and peripheral population. In the end, the article discusses the importance of expanding debates on environmental racism as a way of confronting the various forms of racism.

<sup>1</sup> Graduanda na Faculdade de Tecnologia do Estado de SP (FATEC) campus Jacareí/SP, Brasil, no curso de Tecnologia em Meio Ambiente e Recursos Hídricos; foi bolsista de iniciação tecnológica PIBITI CNPq/CPS Ciclo 2021-2022. E-mail: isabella.ribeiro2@fatec.sp.gov.br

<sup>2</sup> Professor doutor na Faculdade de Tecnologia do Estado de SP (FATEC) campus Jacareí/SP, Brasil, no curso de Tecnologia em Meio Ambiente e Recursos Hídricos. E-mail: erico.pagotto@fatec.sp.gov.br

**Keywords:** Environmental Racism; Media; Paraíba Valley; Critical Discourse Analysis; Socioenvironmental Injustice.

## 1. Introdução

O episódio *Black Lives Matter* (BLM) – movimento antirracista fundado em 2013 em resposta a diversas injustiças e desvalorização da negritude estadunidense dentro do contexto judicial criminal dos EUA (GARZA, 2014) – colocou em debate uma das faces em que o racismo estrutural se manifesta, por meio da injustiça racial. Na construção social estadunidense, o racismo se funda a partir da negação pela população branca em permitir igualdade de direitos a ex-escravizados e seus descendentes, visto a construção racista da sua Constituição e formação da segregação racial (GUIMARÃES, 1999), fato destacado pela negação da miscigenação colocada pelos principais meios de comunicação durante a Guerra Civil, em 1864 (BRITO, 2016). Assim, em se tratando de um país racializado, a análise das mídias de massa dos EUA revela que fomentam a construção, transmissão e legitimação do discurso racial naquele país (LU, 2020).

No Brasil, o racismo também vem sendo encarado como uma característica estrutural da sociedade decorrente, dentre vários fatores, sobretudo do histórico colonialista ainda não totalmente superado (FANON, 2005, ALMEIDA, 2019). Esse déficit em superar tal herança colonial se dá pelo processo de marginalização do povo negro pós-abolição e naturalização do chamado “mito da democracia racial”, ideal construído no século XX com o intuito de afirmar que no Brasil o preconceito racial não seria um problema devido a um processo espontâneo de miscigenação (SILVA, 2012).

Sobre o racismo estrutural no Brasil, as faces que o sustentam vão desde o que se entende como um racismo socializado, por exemplo, nas mídias, relacionamentos sociais, padrões de beleza etc., até o que se compreende como um racismo institucional, que é aquele presente em instituições do Estado devido à falta de políticas públicas – este último exemplificado pelos 32,9% de pessoas pretas ou pardas abaixo da linha da pobreza, 75,6% dos deputados eleitos serem brancos e o índice de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas ser quase três vezes maior do que entre pessoas brancas (IBGE, 2019).

Uma das faces do racismo associada à distribuição socioterritorial da população é o racismo ambiental. No Brasil, o fenômeno aparece na forma como as habitações são estabelecidas, no acesso precário à infraestrutura etc. (SILVA, 2012) e cujos efeitos podem ser sintetizados como a penalização ambiental daqueles que, para além de serem marginalizados, sofrem as consequências de se exporem ao maior risco ambiental (inundações, secas, desmoronamento, contaminação) em detrimento daqueles que possuem maior poder aquisitivo (ACSELRAD, 2002).

A não efetivação dos direitos socioambientais está diretamente ligada à insalubridade da qualidade de vida, que deveria ser garantida por políticas públicas de equidade (ALMEIDA; SALIB, 2017; JESUS, 2020). Para que se tenha uma ideia do que isso representa, de acordo com Jesus (2020), uma pessoa negra morre a cada uma hora e meia por falta de saneamento no Brasil.

Já há uma compreensão jurídica de que discursos racistas não são aceitáveis nas relações sociais em geral e na mídia em específico, mas em se tratando de algo que estrutura a sociedade brasileira nos mais variados âmbitos, compreender que os maiores meios de comunicação e propagação de informação não subvertem a lógica racial do país, é entender que a suposta neutralidade das mídias corrobora com a naturalização do racismo em geral, sendo assim questionáveis (PENNA, 2015).

A relação entre mídia e racismo também já vem sendo objeto de estudo acadêmico. O trabalho organizado por Borges e Borges (2012) traz uma série de artigos sobre o tema que tanto fazem uma reconstituição histórica do problema, como detalham aspectos transversais a ele, como publicidade, telejornalismo, infância e juventude. Já o *Handbook of Discourse Analysis*, editado por Tannen, Hamilton e Schiffrin (2015), traz diversos estudos e referências que tratam desta questão. Um capítulo em particular, *Discourse and Racism* (WODAK; REISIGL, 2015), em que os autores apresentam uma ampla revisão sobre o tema, indica, entre outras coisas, que estudar o racismo e suas vertentes, principalmente a partir dos discursos das mídias de massa, por meio de uma agenda de pesquisa específica é importante dada a capacidade e amplitude das mídias disseminarem políticas de ódio e medo em âmbito mundial.

Assim, a pergunta que esta pesquisa pretende responder é “seria possível identificar racismo ambiental por meio de discursos midiáticos?”. O tema é relevante

pois, mesmo havendo uma liberdade de imprensa decorrente do conjunto de liberdades do atual regime político democrático, na prática, essa mídia pode servir como uma ferramenta ideológica comprometida com interesses de classe (UMAMAHESWAR, 2020), que como já citado, permeiam a socialização do racismo e desigualdades socioambientais. Assim, o objetivo geral deste projeto é investigar se o racismo ambiental pode ser revelado por meio da análise de discursos midiáticos.

A importância do tema se dá diante da profunda desigualdade social, econômica e ambiental que historicamente segrega grupos específicos, que não têm seus direitos garantidos em detrimento do poder daqueles que estão no topo das pirâmides sociais e que governam em função dos seus próprios interesses (ACSELRAD, 2002, HERCULANO, 2008, PACHECO, 2008).

Considerando-se as disputas territoriais do país como um “*continuum* colonizador” (JESUS, 2020, p.12) de privatização de áreas de interesse ambiental e econômico, percebe-se que essa herança repercute também nos discursos daqueles que a propagam como forma de validação e naturalização do que constitui a atual cultura e dinâmica social hegemônica (MARTINS, 2014). O que compõe esse debate e o amplifica para abranger a opinião da população da cidade é o discurso que pode ser levado até ela, quem o produz e com que intenção. Nesse sentido, a análise das mídias locais se torna essencial para separar o que são os fatos e o que é ideologia que influencia no conflito entre os atores sociais envolvidos.

Por fim, outro aspecto que justifica a importância da discussão que esta pesquisa propõe é dar visibilidade à temática do racismo ambiental e aos movimentos que lutam para legitimar seus direitos, denunciando os agentes que promovem a desigualdade e resistindo às adversidades e à exposição aos riscos ambientais.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. Na sequência à esta Introdução, a seção de fundamentação teórica discute o conceito de racismo ambiental e como discursos midiáticos e racismo podem ser estudados por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD). Na metodologia são apresentados os procedimentos analíticos da ACD e as matérias analisadas. A seção de resultados e discussão apresenta e discute como os aspectos ideológicos, hegemônicos e como cada componente do racismo ambiental podem ser revelados pela ACD em cada matéria. Por fim, a conclusão discute

o que a convergência entre os elementos analisados revela e aponta recomendações para estudos futuros.

## 2. Fundamentação teórica

### 2.1 Racismo ambiental: antecedentes e componentes

Nos EUA, em que o crescimento das mobilizações e protestos sociais trouxeram a intersecção entre raça e classe, nasceu também a maturação do ideal socioambiental por justiça ambiental, conceito que surge por meio do clamor da população pobre e de etnias socialmente discriminadas e vulnerabilizadas (HERCULANO, 2008). O movimento que se iniciou a partir dos anos 1970 trouxe um caráter ambientalista ao questionamento das desigualdades sociais questionando a baixa qualidade de vida, falta de saneamento, contaminação química e disposição indevida a lixo tóxicos em áreas de vida de populações historicamente segregadas (SILVA, 2012).

No Brasil, as características que elevam as desigualdades sociais e discriminatórias aos parâmetros do racismo ambiental se mostram mais latentes em ambientes de rápida urbanização e marginalização social, em que as práticas sociais se revelam a partir da limitação no acesso aos serviços urbanos, ampliando a insustentabilidade local e dificultando a qualidade de vida e direito à cidade de forma plena (GIATTI *et al*, 2019). Quando se pensa na perspectiva racial acerca das desigualdades socioambientais, para a ativista Cristiane Faustino:

[...] a degradação ambiental não é igualmente distribuída, nem tampouco o uso exaustivo e predatório do meio ambiente é decisão e benefício de todos. O debate do racismo ambiental, ajuda a explicitar a hegemonia das narrativas brancas que predominam na história ambiental, e a dissecar as tramas dos sujeitos e as engrenagens racistas dos privilégios brancos (FAUSTINO, 2020, *online*).

No contexto acadêmico nacional, o racismo ambiental vem sendo estudado principalmente por Henri Acselrad (2002), Selene Herculano (2008), Tânia Pacheco (2008), Arivaldo Santos de Souza (2015), Victor de Jesus (2020), Izabela Santos e Ana

Cláudia Sanches Baptista (2022), além de iniciativas como a revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN em iniciativas como o caderno temático Racismo Ambiental e Resistência de Territórios Negros em Todo o Mundo (ABPN, 2022). O Quadro 1, a seguir, traz algumas definições e aspectos característicos do racismo ambiental para uma aproximação do conceito, sem a pretensão de esgotá-lo.

**Quadro 1 - Definições e indicadores do racismo ambiental**

Fonte	Caracterização
Bullard, 2005	Discriminação racial nas políticas ambientais, na falta de políticas públicas de modo geral e nos investimentos negligenciados que prejudicam as condições de habitação, trabalho ou lazer, voluntária ou involuntariamente, de grupos, comunidades e indivíduos, por motivos de raça, cor e classe social.
Herculano, 2006, p. 2	Quando a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento recai sobre grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis.
Pacheco, 2008	Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.
Souza, 2015, p. 38	Racismo ambiental é uma tecnologia de (auto)disciplina que gera segregação ambiental e torna insustentável o ambiente, tomado como espaço geográfico, de que dependem comunidades vulnerabilizadas em razão de pertença a grupo étnico/racial, podendo ocorrer de forma direta ou institucional, e em diversos campos da vida pública e privada, p. ex.: elaboração de políticas e normas ambientais, incluindo localização de indústrias perigosas e seus rejeitos; exclusão de comunidades vulnerabilizadas de espaços decisórios e de grupos de pressão.
Andrade e Faria, 2021, p. 8/10	Desvincular a lógica das injustiças ambientais de seus causadores. (...) Regiões geográficas bem definidas onde o interesse econômico se sobrepõe ao interesse da população.
Nascimento e Zangalli Jr., 2022, p. 22	O racismo ambiental se refere a políticas públicas ambientais (com atuação privada), práticas ou diretivas que se manifestam territorialmente afetando de forma diferente, tendo intenção ou não, indivíduos, grupos étnicos e comunidades de cor ou raça (urbanas ou rurais).

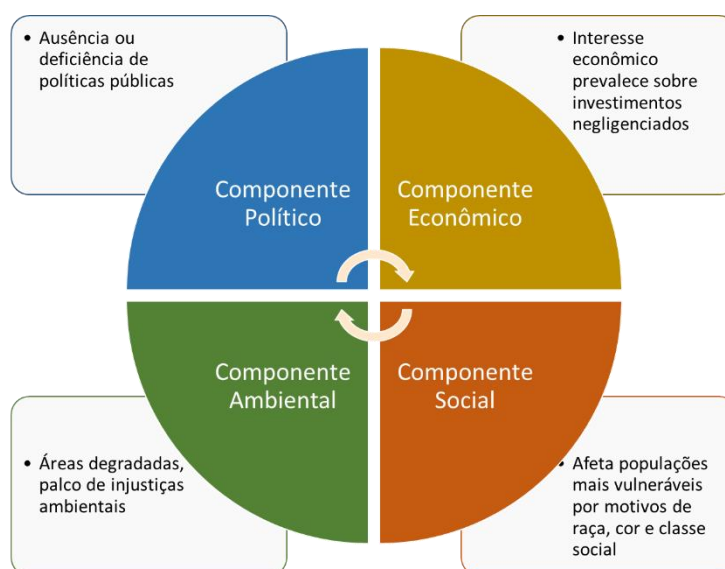
Fonte: Elaboração própria.

A partir destas definições, pode-se analisar o racismo ambiental por meio de quatro componentes estruturantes que operam de forma integrada (Fig. 1):

- Componente Político: dado pela ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas à promoção de justiça socioambiental;

- Componente Econômico: observado por situações em que o interesse econômico prevalece de forma a negligenciar investimentos necessários do ponto de vista socioambiental;
- Componente Ambiental: o racismo ambiental se dá em áreas geográficas bem definidas, caracterizadas por baixa qualidade ambiental e injustiças sociais incidindo sobre populações marginalizadas;
- Componente Social: o racismo ambiental incide sobre as populações mais vulneráveis por motivo de raça, cor ou classe social.

**Figura 1 - Componentes do racismo ambiental**



Fonte: Elaboração própria.

Este quadro analítico servirá para nortear a análise dos textos extraídos de jornais na etapa empírica desta pesquisa. As cores contidas na Figura 1 são as mesmas utilizadas na análise dos textos jornalísticos na etapa empírica da pesquisa, a fim de identificar o discurso com as componentes do racismo ambiental.

## 2.2 Análise crítica de discursos na mídia

Como parte da reprodução do racismo ambiental, outras faces do racismo se dão pela propagação de discursos nas mídias. A Análise Crítica do Discurso – ACD tem sido

utilizada para revelar determinados aspectos de diversas formas, incluindo mídias jornalísticas, que são objeto deste estudo.

Como exemplo, pode ser citado o estudo de Costa (2019). A autora utilizou a ACD faircloughiana para revelar as contradições nos discursos da propaganda da indústria do tabaco após sua proibição pelo governo. A autora revela que houve uma mudança no posicionamento institucional da empresa de uma ênfase sobre os seus produtos para sua responsabilidade social e capacidade de inovação tecnológica.

Outro exemplo com recorte específico sobre o racismo encontrado na mídia, é o estudo de Penna (2015). O autor argumenta sobre a parcialidade intencional e velada de cunho ideológico e hegemônico das mídias, mostrando como elas se caracterizam como uma instituição que, para além da propagação de informação, alimentam o racismo institucional. Como exemplo, analisa uma edição do jornal O Globo sobre os 125 anos da abolição da escravatura, revelando nela como o racismo institucional ocorre.

Por último, pode-se citar o estudo de Macedo (2015). Em seu artigo a autora argumenta sobre a reprodução do novo racismo, conceito abordado no campo dos Estudos Críticos do Discurso, especificamente sobre a reprodução feita pelas mídias televisivas, a respeito do uso de crack por mulheres e questões relacionadas ao direito sexual e reprodutivo. A autora revela que o novo racismo propagado pelas mídias ocorre quando há uma desvinculação do contexto histórico, político e sociocultural, corroborando assim discriminações sociais e de gênero.

Quando se pensa nas empresas de comunicação como atores sociais que participam dos espaços em que as lutas pelo direito à cidadania plena se estabelecem, é imprescindível associar sua responsabilidade e revelar os interesses por trás de seu discurso, que junto com o avanço tecnológico, promovem modelos de sociedade em conformidade com os sistemas sociais e econômicos vigentes (ALAKJA, 2012, p.114).

Nesse contexto, as mídias desenvolvem o papel crucial de comunicação entre diferentes classes e espaços de poder, que em seu histórico e recorte social, serve a uma classe dominante hegemônica e burguesa e em seu recorte racial, estabelece um papel de cristalização do racismo dada a representação das populações negras e não brancas de forma estigmatizada (BORGES, 2012, p.186).



### **3. Metodologia**

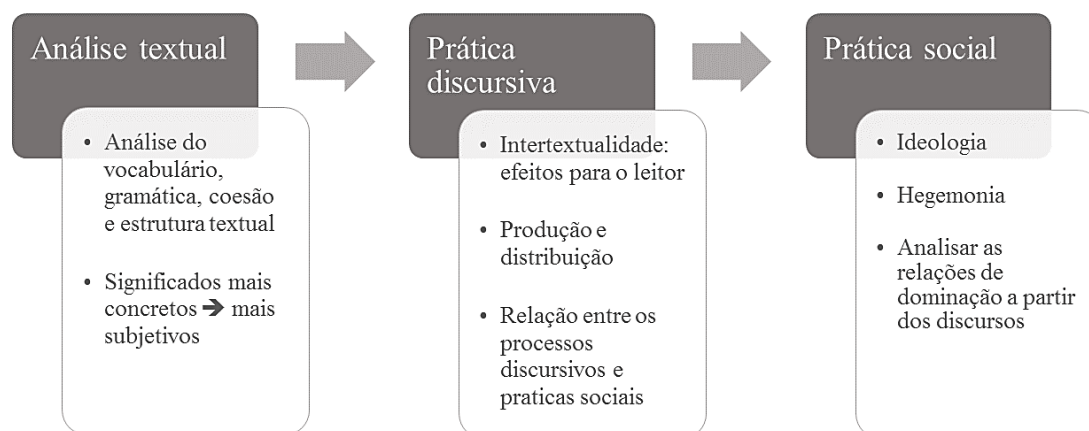
O presente projeto caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, subjetivista, de caráter interpretativo e referenciado no paradigma da teoria crítica (DENZIN, LINCOLN, 2017) acerca do fenômeno sob investigação, que é a ocorrência do racismo ambiental em formas discursivas.

#### **3.1 Análise do Discurso: procedimentos**

Segundo Bispo (2010), a expressão “teoria crítica” foi originalmente proposta por Horkheimer em 1937, e difundida posteriormente pela Escola de Frankfurt e autores como Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas. O objetivo da teoria crítica, segundo Lincoln e Guba (2000, p. 166), é a crítica e transformação das situações de dominação por meio da emancipação da sociedade.

Com relação aos procedimentos técnicos da pesquisa, envolvem a compreensão do conceito de racismo ambiental por meio de revisão bibliográfica exploratória, conforme apresentados anteriormente. Na etapa analítica, a pesquisa seguiu o modelo da ACD proposta por Fairclough (1995; 2001), que compreende três dimensões: (1) a análise textual, (2) a análise das práticas discursivas e (3) a análise das práticas sociais (Fig. 2).

**Figura 2 – Dimensões da Análise Crítica do Discurso**



Fonte: Elaboração própria a partir de Fairclough (2001) e Resende e Ramalho (2006).

Para Fairclough (2001) o discurso guarda sempre uma relação dialética com as práticas sociais historicamente situadas:

Ao usar o termo "discurso", proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91, grifo nosso).

Para Fairclough (2001), a análise textual é uma avaliação linguística que pode ser subdividida em vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. De forma resumida, a base de análise textual se faz a partir dos significados combinados de palavras ou sequências de textos, desde o que é mais concreto até o que pode ser mais subjetivo.

Ainda segundo o mesmo autor, a análise da prática discursiva verifica coerência e intertextualidade, que têm como função enfatizar o efeito que o texto pode ter para o leitor, considerando-se os processos de produção e distribuição textual. Nesta etapa a análise é feita para desambiguação entre produção e interpretação textuais, conectando processos discursivos a práticas sociais.

Por fim, ainda conforme o autor, a análise da prática social refere-se à ideologia e hegemonia conforme definidas pelo marxismo do século XX, especificamente em

Althusser e Gramsci. A análise da prática social se dá por meio de três asserções sobre ideologia: primeiro, por meio da existência material que se dá nas práticas das instituições; segundo, por meio da constituição do sujeito; e terceiro, pela compreensão de que os “aparelhos ideológicos do Estado” originam e delimitam a luta de classes.

Tratando-se da análise da prática social hegemônica, em suma, a hegemonia refere-se à naturalização das práticas das classes dominantes sobre as classes dominadas. À vista disso, quando analisamos a função textual como uma prática discursiva, desde sua produção até seu consumo final, sobressaem as assimetrias de como esse discurso é levado – para quem e sobre quem – demonstrando, assim, as relações sociais que dinamizam esse produto textual (FAIRCLOUGH, 2001). O Quadro 2, a seguir, apresenta um resumo das dimensões da análise crítica do discurso propostas por Fairclough (2001) em cada uma das três categorias analíticas de seu modelo tridimensional.

**Quadro 2 - Resumo das dimensões e categorias da Análise Crítica do Discurso – ACD**

Dimensões da análise	Categorias analíticas	Definição	Explicação
<b>Análise textual</b>	Vocabulário	Refere-se à escolha das palavras e seus sentidos, formando um estilo comunicativo	Pode ser mais técnico, coloquial, metafórico, pejorativo etc. Ex.: usuário/viciado; terroristas/antifascistas
	Gramática	Refere-se à construção de orações e seus significados	Permite compreender processos e agentes que, repetidos sistematicamente, revelam posições ideológicas. Ex.: "Deputados venceram em números de votos contrários ao projeto do governo" / "O governo foi derrotado na votação do congresso" / "O projeto não foi aprovado"
	Coesão	Elementos textuais que conectam ideias, revelando sua estrutura argumentativa	Indicam determinado modo de racionalização e mudança na racionalização. Ex.: "isto E TAMBÉM aquilo", "isto, MAS não aquilo"
	Estrutura textual	Organização dos elementos textuais	Pode revelar sistemas de conhecimentos, crenças, identidades e relações sociais. Ex: uma notícia policial, uma entrevista de emprego
<b>Prática discursiva</b>	Produção	O que foi dito?	A produção está relacionada a quem diz o quê
	Distribuição	Qual o meio utilizado?	Texto escrito, falado, digital ou impresso, ao vivo, a posteriori, mídia física ou eletrônica, local, nacional,

Dimensões da análise	Categorias analíticas	Definição	Explicação
			global etc. Livro, jornal, tv, entrevista, peça, comício etc.
	Consumo	Quem ouve?	Quem são as audiências destinatárias ou eventuais
	Contexto	Em que tempo, espaço e circunstância se dá o discurso?	O que acontecia na ocasião em que o discurso foi produzido/ consumido
	Força	Qual o impacto do discurso?	Promessas, pedidos, ordens, ameaças etc.
	Coerência	Qual o sentido do discurso?	A coerência revela a constituição ideológica dos discursos e sujeitos. Ex.: no trecho: "Teme ser demitida. Está grávida" a coerência está em associar gravidez à demissão.
	Intertextualidade	Medida em que um discurso é formado a partir de outros que o antecederam	Em que medida um jornal/jornalista se implica ao redigir: "O deputado sustenta que esses desempregados são uns vagabundos" ou "O deputado ainda acha que esses desempregados são uns vagabundos".
<b>Prática Social</b>	Ideologia	São significações e construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) estruturadas em várias dimensões das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação.	A linguagem e outras formas simbólicas, quando utilizadas para manter ou justificar a dominação são ditas ideológicas. Quanto mais naturalizadas e senso comum, mais eficazes. Para Fairclough, a ACD visa revelar a ideologia dos discursos como forma de superar as práticas de dominação.
	Hegemonia	Mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, hegemonia é a construção de alianças mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento político, social e econômico sobre grupos dominados.	Orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Fonte: Elaboração própria a partir de Fairclough (2001, p. 137) e Resende e Ramalho (2006, p. 89).

### 3.2 Escolha das matérias jornalísticas

A seleção dos artigos jornalísticos analisados foi feita com base em um critério de amostragem não-probabilística intencional, conforme definido por Marconi e Lakatos (2003), utilizando-se como critério de inclusão as matérias que tratam de

fenômenos relacionados ao racismo ambiental, tais como conflitos territoriais, reivindicações por justiça ambiental, políticas públicas voltadas ao uso e ocupação do solo, gentrificação, entre outras.

A busca pelas matérias jornalísticas compreendeu o período entre 2012 e 2018, marcado por diversos conflitos socioambientais na área de estudo. A busca foi restrita à imprensa local (jornal *O Vale*) e sucursais locais de veículos da grande mídia, como O Globo e Estadão (AZEVEDO, 2006; MARTINS, 2014). Das matérias identificadas, todas foram lidas e três selecionadas para serem analisadas tendo em vista sua representatividade: conflitos socioambientais em locais diferentes, momentos distintos e em dois veículos independentes.

Com relação à área de estudo, optou-se por restringir a análise ao Vale do Paraíba, dada a proximidade com os autores da pesquisa, bem como por tratar-se de um local onde diversos episódios de conflitos socioambientais são reconhecidos e relatados na literatura, como o do Pinheirinho dos Palmares (SUAVE, 2016), o da Área de Proteção Ambiental do Banhado (FIGUEIREDO *et al*, 2019; CARVALHO, 2019), as cavas de mineração do Rio Paraíba do Sul (FANTIN; MIRANDA, 2005), o lixão do Rio Comprido (MAKINODAN; COSTA, 2004) entre outros.

## **4. Resultados e discussão**

### **4.1 Aplicação da Análise Crítica do Discurso – ACD**

Para aplicação da ACD foram selecionadas três matérias jornalísticas que discorrem sobre três comunidades diferentes, duas na cidade de São José dos Campos e uma na vizinha Jacareí, SP: Comunidade do Jardim Nova Esperança, Pinheirinho dos Palmares e Quilombo Coração Valente – respectivamente.

A primeira análise foi de uma matéria do jornal *O Vale*, mídia local do Vale do Paraíba, intitulada “Felício quer fim da novela no Banhado e destaca avanços na saúde e educação” (TOLEDO, 2020). A comunidade do Jardim Nova Esperança, conhecida como comunidade do Banhado, possui mais de 80 anos de história e mais de 400 famílias localizadas em uma área de encosta na região central de São José dos Campos. Após

constituição do local como Área de Preservação Ambiental em 1984, diversas pressões institucionais, interesses da prefeitura municipal em construir uma avenida como parte do anel viário da cidade e intensificação da gentrificação fizeram e fazem com que a comunidade permaneça em condições precárias, como tentativa de retirar as famílias de lá ao invés de regularizar sua permanência na região (FIGUEIREDO *et al*, 2019).

Para a segunda análise a matéria utilizada tem como título “Pinheirinho tem segundo ‘dia de guerra’ com novos conflitos e carros queimados”, publicada no jornal *Estadão* (CARDOSO, 2012) e discorre sobre a desocupação truculenta que ocorreu na comunidade do Pinheirinho. De acordo com Suave (2016), a comunidade do Pinheirinho em São José dos Campos – assentamento que desde 2004 ocupou o terreno em que se contextualiza sua história e em 2012 sofreu com um despejo violento conhecido internacionalmente – se tornou o movimento de resistência e luta pelo direito à cidade, que mais evidencia a hegemonia e força de poder da alta burguesia joseense.

Para a última análise, o objeto de análise foi uma matéria do jornal *O Vale*, intitulada “Ocupação 'Quilombo Coração Valente' supera a população de cinco cidades na RMVale” (CARVALHO, 2018). Organizada pelo “Movimento Luta Popular”, a ocupação Quilombo Coração Valente existe desde 2018 em um terreno na estrada do Bom Jesus, bairro Bandeira Branca, em Jacareí/SP, onde abriga mais de 200 famílias. No final de 2019, os moradores conseguiram derrubar na Justiça uma liminar que pedia o despejo. No entanto, o medo de ocorrer uma nova decisão judicial é constante, fazendo com que a população se manifeste frequentemente por diversas ações da Prefeitura (SINDICATO DOS METALÚRGICOS, 2020). Ressalta-se que alguns integrantes do Quilombo Coração Valente são ex-moradores da ocupação Pinheirinho dos Palmares que não foram contemplados pelos programas habitacionais municipal ou estadual (MONCAU, 2022).

Para padronização e melhor entendimento do processo de ACD aplicado às três matérias, utilizou-se como base o Quadro 2. Os resultados destas análises estão apresentados detalhadamente no Anexo 2.

## 4.2 Quadro Comparativo

Após elaboração dos quadros analíticos de cada matéria separadamente foi possível montar um quadro comparativo revelando os aspectos ideológicos e hegemônicos de cada uma delas (Quadro 3).

**Quadro 3 – Quadro comparativo dos aspectos ideológicos e hegemônicos das matérias**

	<b>Ideologia (sentidos, pressuposições, análise das metáforas)</b>	<b>Hegemonia (orientações culturais, políticas, ideológicas etc.)</b>
<b>Felício quer o fim da novela no Banhado e destaca avanços na saúde e educação</b>	O sentido deste texto é de que há uma genuína preocupação com o bem-estar das pessoas e um alinhamento entre os interesses da prefeitura e dos moradores da região na remoção da população em oposição aos interesses dos moradores representados pela Defensoria Pública.	Quatro aspectos hegemônicos se destacam: 1) Associação das periferias ao tráfico e problemáticas sociais; 2) Gentrificação como reforço na pressão de retirada da população em região central; 3) Higienismo de remover pessoas de uma área valorizada na cidade em função de seu valor paisagístico e urbanístico; 4) Silenciamento dos moradores da comunidade.
<b>Pinheirinho tem 2.º 'dia de guerra' com novos conflitos e carros queimados</b>	Os aspectos ideológicos aparecem na matéria ao exagerar na caracterização do episódio com o uso de palavras fortes e expressões hiperbólicas ("guerra", "chão coberto de balas" etc.), contrastando com a fala do prefeito de que "não há guerra" e da PM dizendo que utilizou apenas a "força necessária" e omitindo a opinião dos moradores.	Quatro aspectos hegemônicos se destacam: 1) Associação das periferias à violência urbana; 2) A associação da ação policial como instrumento para contenção da violência causada pelos moradores; 3) Ação do Estado na garantia da segurança pública; 4) Silenciamento dos moradores da ocupação.
<b>Ocupação 'Coração Valente' supera a população de cinco cidades na RMVale</b>	Os aspectos ideológicos ocorrem a partir da visão idealizada de que a comunidade tem se estruturado como uma "minicidade", como se aquela população desejasse viver apartada, ou mesmo não dependesse de uma gestão pública para tal. Os atores sociais envolvidos são diretamente tratados como os responsáveis pela ampliação, dinâmica e organização para que a comunidade se estruture como uma 'cidade', encobrendo completamente o papel e responsabilidade tanto da gestão pública para como seus municípios como de grandes proprietários de terra que a utilizam para concentração de renda e periferização das classes menos favorecidas.	Quatro aspectos hegemônicos se destacam: 1) Reforço do estigma das populações periféricas que vivem "no limite", "no perímetro" das cidades e são associadas à criminalidade (ocupação irregular, tráfico, redes de abastecimento clandestinas etc.) 2) Omissão do Estado na garantia da segurança pública e cidadania; 3) Criminalização de lideranças locais que promovem a autogestão; 4) Periferia vista como parte isolada da sociedade e município em que ela faz parte.

Fonte: Elaboração própria.

A análise comparativa permitiu constatar que o modelo proposto por Fairclough (2001) e adaptado na presente pesquisa mostrou-se adequado para revelar aspectos ideológicos das disputas entre atores sociais, e de que forma tais disputas levam ao racismo ambiental à medida em que tentam desvincular a lógica das injustiças ambientais de seus causadores.

Em todos os textos jornalísticos analisados se repete o uso de expressões que estigmatizam e criminalizam as comunidades, além de caracterizações que levam o leitor a interpretar que os moradores das comunidades representam uma ameaça à sociedade - tendo em vista sua culpabilização direta pela ocupação territorial irregular - ao mesmo tempo que os atores sociais dominantes, inclusive representantes do governo que deveriam promover a justiça e a defesa dos interesses de toda população, figuram isentos da responsabilidade dos processos de marginalização e promoção da violência contra as comunidades que não têm seus direitos garantidos.

A comparação entre as matérias analisadas revelou que por um lado há omissão da voz da população vulnerável, silenciamento em relação aos direitos à cidade, à qualidade de vida e ao meio ambiente equilibrado, enquanto por outro há naturalização de processos higienistas, de gentrificação e desumanização dessas comunidades.

#### **4.3 Quadro das componentes do racismo ambiental**

A partir da ACD das três matérias foi possível identificar em cada uma os quatro componentes do racismo ambiental: político, social, econômico e ambiental. A comparação das matérias entre si permite tanto identificar os elementos que se repetem: expressões pejorativas para associação à comunidade, responsabilização da população pela ampliação das ocupações, silenciamento quanto às causas que levaram às ocupações, falta de saneamento ambiental adequado, invisibilização da voz dessas comunidades nas matérias (ou sua identificação apenas em contextos negativos), silenciamento quanto à ausência do Poder Público para garantia de cidadania plena, etc., como também classificar os elementos característicos de cada componente:



- Componente Política: discurso político usado como justificativa para desocupação de áreas ao invés de promoção da justiça social, falas ambíguas dos gestores públicos, omissão da fala dos defensores públicos e do respectivo processo legal;
- Componente Econômica: descon sideração de interesses econômicos que levaram aos conflitos (especulação imobiliária), crítica à autogestão financeira das comunidades, consequências da gentrificação descon sideradas;
- Componente Social: omissão da fala dos moradores das ocupações ou representantes populares nomeados apenas em contextos negativos, estigmatização e associação das periferias à violência, Estado retratado como representante dos interesses legítimos da população mesmo quando suas ações não correspondem ao interesse dela;
- Componente Ambiental: silenciamento sobre a ausência do poder público em situações de ocupações insalubres; descon sideração das necessidades da população por espaço para suas atividades (agricultura familiar, reciclagem, lazer etc.) e silenciamento quanto aos grandes proprietários de terra improdutiva nas periferias urbanas.

Logo, é possível estabelecer que o que está contido nas três matérias jornalísticas se caracteriza como racismo ambiental. A comparação dos quatro componentes em cada uma das três matérias analisadas está resumida no Quadro 4, a seguir:

**Quadro 4 – Componentes do racismo ambiental nas matérias analisadas**

	<b>Componente Político</b>	<b>Componente Social</b>	<b>Componente Econômico</b>	<b>Componente Ambiental</b>
<b>Matéria 1: aspectos ideológicos e hegemônicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de políticas públicas para regularização fundiária do Pinheirinho.</li> <li>• Associação da ação policial como instrumento para contenção da violência.</li> <li>• Contradição entre a fala do prefeito e da matéria em relação ao "clima de guerra".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Silenciamento dos moradores.</li> <li>• Associação das periferias à violência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconsidera consequências econômicas da gentrificação (especulação imobiliária).</li> <li>• Omite interesses econômicos e fundiários das elites envolvidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência do Estado levando à ocupação de áreas periféricas sem salubridade e posterior desocupação à força.</li> <li>• Conflitos causados pós-desocupação gerando resíduos e incêndios, produzindo impactos ambientais.</li> <li>• Falta de saneamento adequado, gerando impactos sociais e ambientais</li> </ul>
<b>Matéria 2: aspectos ideológicos e hegemônicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de políticas públicas para regularização fundiária da comunidade do Jardim Nova Esperança.</li> <li>• Conflito entre executivo e judiciário pela remoção da população.</li> <li>• Ambiguidade na fala do prefeito quanto ao discurso e as práticas em relação à população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Estado apresentado como legítimo representante dos interesses dos moradores locais, mas sua prática não corresponde aos interesses destes moradores.</li> <li>• Higienismo de remover pessoas de uma área valorizada na cidade em função de seu valor paisagístico e urbanístico.</li> <li>• Silenciamento dos moradores da comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Omite aspectos econômicos da gentrificação.</li> <li>• Desconsidera fatores econômicos que levaram à ocupação e às práticas de subsistência da população local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de saneamento adequado, gerando impactos sociais e ambientais.</li> <li>• Práticas de agricultura familiar e reciclagem como formas de subsistência invisibilizadas.</li> </ul>
<b>Matéria 3: aspectos ideológicos e hegemônicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de políticas públicas para regularização fundiária da comunidade Quilombo Coração Valente.</li> <li>• Negligência da responsabilidade da gestão pública mediante ampliação da comunidade.</li> <li>• Omissão do Estado na garantia da segurança pública e cidadania</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço do estigma das populações periféricas que vivem “no limite”, “no perímetro”.</li> <li>• Periferia vista como parte isolada da sociedade e do município em que reside.</li> <li>• Associação da comunidade à criminalidade.</li> <li>• Associação de uma liderança mulher, negra, em uma matéria de contexto totalmente desfavorável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crítica à autogestão financeira da comunidade para garantir de estruturas básicas.</li> <li>• Desconsidera o ônus da comunidade conviver com atividades ilícitas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de saneamento adequado, gerando impactos sociais e ambientais.</li> <li>• Baixa salubridade dos assentamentos.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

## 5. Conclusão

Considerando que os objetivos específicos trabalho são a identificação de como o racismo ambiental pode ser delimitado por meio de aspectos discursivos, a análise crítica de discursos midiáticos com indicadores de racismo ambiental, a representação dos diferentes grupos sociais - revelando assim aspectos ideológicos que contribuem para a existência deste fenômeno - e suas possíveis soluções, serão apresentados neste capítulo os resultados que o projeto nos permitiu atingir.

O método utilizado, que aplicou a ACD de Fairclough (2001) à análise de matérias em jornais selecionados no Vale do Paraíba, permitiu formar um quadro analítico comparativo, que está associado aos quatro componentes que configuram o racismo ambiental conforme visto em revisão bibliográfica exploratória. A partir deste quadro, tornou-se possível identificar elementos em comum entre as três matérias jornalísticas selecionadas por meio do que se revela em sua prática discursiva hegemônica e ideológica, principais aspectos em que se vê a opinião e possível manipulação dos discursos midiáticos.

A estigmatização e criminalização da população marginalizada, a omissão da responsabilidade institucional e a invisibilização da fala e visão das comunidades-alvo das matérias foram os principais elementos observados nos três discursos. Tais aspectos de cunho ideológico e hegemônico revelam como o racismo pode se perpetuar de tal modo que o que se demonstra de forma velada, camuflada e não explícita, se coloca como um discurso ainda mais perverso – discurso esse oriundo de mídias hegemônicas e elitizadas – dado que a criminalização, estigmatização e invisibilização vão sendo cada vez mais naturalizadas como uma prática social nos termos descritos por Fairclough (2001), aprimorando a ideologia que sustenta os racismos estrutural e ambiental.

Para se alcançar tais objetivos, a produção de ferramentas que permitiram estabelecer as análises se mostrou essencial, demonstrando a necessidade de se avançar cada vez mais na compreensão de fenômenos sociais complexos. Entretanto, é fundamental ressaltar a necessidade de se haver um maior número de amostras para uma análise mais abrangente, além de se ampliar a área de estudo e populações envolvidas.

Por fim, o estudo demonstra a importância de se desenvolver pesquisas que revelem os meios que perpetuam o racismo estrutural e suas diferentes vertentes, em que o racismo ambiental se mostra a partir das consequências sociais, ambientais, econômicas e políticas, oriundas da marginalização e negligência institucional.

Compreender e combater o racismo ambiental, para além do fomento acadêmico, pode contribuir na prática por uma melhoria direta à qualidade de vida de populações marginalizadas, a partir de políticas públicas que garantam o acesso e o direito à cidadania, moradia digna, saneamento ambiental adequado e humanização daqueles que se encontram no limbo das desigualdades da classe trabalhadora.

## Referências

ABPN – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Racismo Ambiental e Re-Existência de Territórios Negros em todo o mundo**. v. 14 n. Ed. Especial. Junho, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/issue/view/50>. Acesso em 7 jul 2023.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5. p 49 – 60. Editora UFPR. 2002.

ALAKJA, A. Mídia e Identidade Negra. In: BORGES, R, C, S.; BORGES, R. **Mídia e Racismo**. ABPN. 2012.

ALMEIDA, A. C. B.; SALIB, M. L. L. Racismo ambiental urbano: Omissão do poder público na efetivação do direito humano ao saneamento básico na cidade de Porto Velho. **Anais do I Congresso Acadêmico de Direito Constitucional**. Porto Velho, 2017.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólem Livros. 2019.

ANDRADE, F, M. R.; FARIA, E, F. Educação Ambiental na “Cidade das Fundições”: políticas públicas e a configuração do racismo ambiental. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, 2021.

AZEVEDO, F, A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, p. 88-113, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>. Acesso em 7 jul 2023.

BAPTISTA, A. C. S.; SANTOS, I. P. O. O racismo ambiental na metrópole paulistana: entre os becos e vielas de São Paulo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)** v. 14, p. 141-159, 2022.

BISPO, M, S. Um Diálogo entre os Paradigmas da Teoria Crítica e Interpretativista no Contexto das Organizações: Uma Proposta Baseada no Conceito de Prática. **Anais do XXXIV Encontro Nacional da ANPAD**. Rio de Janeiro, set/ 2010.

BORGES, R, S. Mídia, Racismos e Representações do outro: Ligeiras Reflexões em Torno da Imagem da Mulher Negra. In: BORGES, R, C, S.; BORGES, R. **Mídia e Racismo**. ABPN. 2012.

BRITO, L, C. O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 107-130. Nova York, 2016.

BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco** 21, Rio de Janeiro, ano XV, n. 98, 2005.

CARDOSO, W. Pinheirinho tem 2º. “dia de guerra” com novos conflitos e carros queimados. **Estadão**. Publicado em 23 jan 2012. Disponível em <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/pinheirinho-tem-2-dia-de-guerra-com-novos-conflitos-e-carros-queimados/>. Acesso em 20 dez 2022.

CARVALHO, G, C, M. Banhado: Discussão acerca do Direito à Cidade e a Luta de uma Comunidade Centenária de São José dos Campos - SP pela Urbanização. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Mato Grosso do Sul, 2019.

CARVALHO, J. Ocupação 'Coração Valente' supera a população de cinco cidades na RMVale. **O Vale**. Disponível em: <https://sampi.net.br/ovale/noticias/721861/ovale/2018/05/ocupac-o-corac-o-valente-supera-a-populac-o-de-cinco-cidades-na-rmvale#:~:text=A%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20da%20comunidade%20'Quilombo,p or%20meio%20de%20arrecada%C3%A7%C3%A3o%20popular>. Acesso em 20 dez 2022.

COSTA, R, C, S. **A análise crítica do discurso adverte: discursos veiculados na mídia pela indústria do tabaco podem fazer mal à saúde**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019.

DENZIN, N, K.; LINCOLN, Y, S. **The Sage Handbook Of Qualitative Research**. University of Illinois, Champaign: Sage Publications, 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANTIN, M.; MIRANDA, Z. A. I. Áreas de Proteção Ambiental em áreas urbanas e a gestão socioambiental sustentável: Estudo de Caso da Várzea do Rio Paraíba do Sul no Município de São José dos Campos - SP. **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR**. Salvador, BA, 23 a 27 de maio de 2005.

FAUSTINO, C. Algumas notas sobre a importância de debater o racismo ambiental. 8 jun. 2020. **Terramar**. Disponível em: <http://terramar.org.br/2020/06/08/algumas-notas-sobre-a-importancia-de-debater-o-racismo-ambiental/>. Acesso em: 10 jul 2022.

FIGUEIREDO, A, N.; OYAMA, A.; TAMANAKA, N.; GOMEZ, R.; TAVARES, J.; FANTIN, M. Conflitos Socioambientais e o Plano Popular do Banhado como Instrumento de Resistência Técnica e Política. **Indisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2019.

GARZA, A. A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement. **The Feminist Wire** 07 out 2014. Disponível em: <https://thefeministwire.com/2014/10/blacklivesmatter-2/>. Acesso em 25 mai 21.

GIATTI, L, L.; URBINATTI, A. M; CARVALHO, C. M. D; BEDRAN-MARTINS, A. M; SANTOS, I. P. D. O; HONDA, S. O., FRACALANZA, A, P; JACOBI, P. R. Nexos de exclusão e desafios de sustentabilidade e saúde em uma periferia urbana no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00007918, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00007918>. Acesso em: 07 jul 23.

GUIMARÃES, A, S, A. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **RBCS** vol. 14 n. 39. 1999.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **INTERFACEHS**. São Paulo v.3, n.01. 2008.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica n.41. 2019.

JESUS, V. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.2, e180519, 2020. Vitória, 2020.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. Paradigmatic controversies, contradictions and emerging confluences. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage. 2000.

LU, J, T. **When Black Movements Matter: Effects Of The Black Lives Matter Movement On Local Newspaper Attention To Black Victims Of Lethal Policing**.

Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia. Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill. 2020.

MACEDO, F. S.; ROSO, A.; LARA, M. P. Mulheres, saúde e uso de crack: a reprodução do novo racismo na/pela mídia televisiva. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 1285-1298, 2015.

MAKINODAN, D. Y.; COSTA, S. M. F. Estudo das características socioeconômicas e ambientais da microbacia do Rio Comprido. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. Caxambu, MG, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, S. Mídia e opinião pública: estudo de caso sobre o mensalão nas ópticas dos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 11, n. 2, p. 47-58, 2014.

MONCAU, G. 10 anos do Pinheirinho: memória está viva às vésperas de centenas de despejos agendados. **Brasil de Fato**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/22/10-anos-do-pinheirinho-memoria-esta-viva-as-vesperas-de-centenas-de-despejos-agendados>. Acesso em: 01 ago 2022.

PACHECO, T. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. **Série Textos Água e Ambiente**, v.2, p.11-23, 2008.

PENNA, F. R. Ironia: uma faceta do racismo institucional na mídia. **Anais do IV Colóquio Internacional sobre Educação, Cidadania e Exclusão**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, L. H. P. Ambiente e justiça: Sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-cadernos CES [Online]**, 17. Coimbra, 2012.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS. **Quilombo Coração Valente realiza nesta quarta-feira passeata por moradia em Jacareí**. 2020. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/4803/quilombo-coracao-valente-realiza-nesta-quarta-feira-passeata-por-moradia-em-jacarei>. Acesso em: 01 ago 2022.

SOUZA, A. S. **Direito e Racismo Ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SUAVE, A. M. No caminho para o direito à cidade: **Reconfiguração sociopolítica do movimento Pinheirinho, SJC, 2011-2015**. Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

TANNEN, D; HAMILTON, H, E.; SCHIFFRIN, D. *The Handbook of Discourse Analysis*. John Wiley & Sons, v.2, 2015.

TOLEDO, C. Felício quer fim da ‘novela’ no Banhado e destaca avanços na Saúde e Educação. **O Vale**. Publicado em 15 fev 2020. Disponível em <https://sampi.net.br/ovale/noticias/513526/politica/2020/02/felicio-quer-fim-da-novela-no-banhado-e-destaca-avancos-na-saude-e-educac-o>. Acesso em 20 dez 2022.

UMAMAHESWAR, J. Policing and Racial (In)Justice in the Media: Newspaper Portrayals of the “Black Lives Matter” Movement. **Civic Sociology**, no. 1, vol. 01. 2020.

WODAK, R.; REISIGL, M. Discourse and racism. In: D. Tannen, H. E. Hamilton; D. Schiffrin (Eds.), **The Handbook of Discourse Analysis**. John Wiley & Sons, 2015.